

OS CRISTÃOS-NOVOS NA ESCRITA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA PRESENÇA “ESVAZIADA”

DOI: 10.5935/2177-6644.20170019

THE NEW CHRISTIANS IN
HISTORY'S DIDACTIC BOOKS:
AN EMPTIED PRESENCE

LOS NUEVOS CRISTIANOS EN LA
ESCRITURA DE LOS LIBROS
DIDÁCTICOS DE HISTORIA: UNA
PRESENCIA “VACIADA”

Helena Ragusa*

Resumo: Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla e teve como finalidade discutir a presença dos cristãos-novos em alguns livros didáticos voltados para o Ensino Fundamental e Médio, no período que corresponde à chegada dos portugueses ao Brasil, sendo possível detectar a atuação destes personagens, logo de início, algo, porém, distante daquilo que a produção didática vinha apresentando, especialmente aquelas mais recentes. Por meio de um estudo comparativo, constatamos ainda que as narrativas dos manuais por nós selecionados se cruzavam em alguns aspectos, mas em outros desapareciam, o que nos causou estranhamento tendo em vista a intensa participação destes indivíduos em nossas terras. O número significativo de estudos acerca dos cristãos-novos e aqueles que se dedicam à produção didática no Brasil nos ajudaram a compor o cenário proposto sem perder de vista o livro didático como parte de uma cultura material escolar e o cristão-novo, numa perspectiva de múltiplas identidades.

Palavras-chave: Livros didáticos. História e ensino. Cristão-Novo.

Abstract: This investigation is part of a broader research project whose objective was to discuss the presence of the New Christians in didactic books employed in Brazilian schools, and its relation to the moment when the Portuguese arrived in Brazil, being possible to detect their actions at very beginning. Yet, it seems absent in Brazilian didactic production, particularly in the most recent ones. By means of a comparative study, I have concluded that the selected manuals' narratives coincided at some points, but also diverged, a bewildering fact, given the Portuguese intense participation in Brazilian lands. The significant number of studies dedicated both to the New Christians and to Brazilian didactic production contributed to this research, which, nonetheless, did not lose sight of the didactic book as part of a school material culture and of New Christians' multiple identities.

Keywords: Didactic books. History and teaching. New Christian.

Resumen: Este estudio es parte de una investigación más amplia y tuvo por finalidad discutir la presencia de los nuevos cristianos en algunos libros didáticos destinados a la Enseñanza Fundamental y Media en el período que corresponde a la llegada de los portugueses al Brasil. Ya en este período fue posible detectar la actuación de estos personajes, algo, sin embargo, lejos de lo que la producción didáctica venía presentando, especialmente aquellas más recientes. Por medio de un estudio comparativo, constatamos todavía que las narrativas de los manuales por nosotros seleccionados se cruzaban en algunos aspectos, pero en otros desaparecían, lo que nos causó admiración, considerando la intensa participación de estos individuos en nuestras tierras. El número significativo de estudios acerca de los nuevos cristianos y aquellos que se dedican a la producción didáctica en Brasil nos ayudaron a componer el escenario propuesto sin perder de vista el libro didático como parte de una cultura material escolar y el nuevo cristiano, en una perspectiva de múltiples identidades.

Palabras clave: Libros didáticos. Historia y Enseñanza. Nuevos Cristianos.

* Docente do Departamento de História da área de ensino de História da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre em História – UEL. E-mail: ragusa@uel.br

Introdução

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2012 na Universidade Estadual de Londrina e teve por objetivo analisar a escrita produzida em torno dos cristãos-novos na literatura didática, tanto a que abarca a década de 1980, quanto àquela que se refere à primeira década do século XXI.

Entendemos serem várias as funções que o livro didático assume no processo escolar: ao mesmo tempo em que difunde determinados fatos e personagens de nossa história, os reelabora conforme a época e as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que se pretende apresentar. Sobre esse aspecto, buscamos perceber as diversas representações existentes nas escritas produzidas pelos livros didáticos aqui selecionados, comparando-as, mostrando aproximações entre eles. Investigamos as causas que os trouxeram para cá, a forma como se deu sua integração e o ocultamento de suas origens que, em alguns casos, levou ao completo apagamento.

Foi mais precisamente durante minha prática em sala de aula, num 6^a ano – atual 7^o ano do Ensino Fundamental – de uma escola privada, que surgiu o tema do cristão-novo. Um aluno chamou a atenção para a presença do cristão-novo no texto que estudávamos e questionou sobre quem viria a ser aquele personagem. Desconectado dos textos e das imagens apresentadas naquele contexto, o “cristão-novo” tornava-se assim, uma presença esvaziada, de sentido e significado.

A partir de então, percebi que figura presente no território brasileiro desde os primórdios de nossa colonização, os cristãos-novos foram e são objeto de vários estudiosos que na busca de documentos e pistas que retratem sua atuação, trazem a todo o momento aspectos inovadores em suas abordagens. No entanto, a existência de uma tradição da cultura escolar – questão que iremos discutir mais adiante - impede muitas vezes o estabelecimento de uma escrita que privilegie a presença de outros personagens além daqueles que já se encontram bastante difundidos na História de nossa colonização.

O estudo sobre os cristãos-novos em nossa historiografia vem sendo realizado com maior ênfase desde as três últimas décadas do século XX – a exemplo dos textos de Anita Novinsky “Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição” (1972) e José Saraiva (1994) “Inquisição e Cristãos-Novos” – nessa perspectiva, buscaremos investigar o diálogo

realizado com o saber produzido na escola, mais especificamente, aquilo que vem sendo veiculado nos livros didáticos.

Logo de início levamos em consideração em nossas análises acerca dos livros didáticos que na grande maioria das vezes as representações sociais são determinadas pelos grupos que as forjam, e, nesse sentido seria interessante averiguar a relação existente entre o discurso promovido nas narrativas contidas nesse material e a apropriação das mesmas por aqueles que irão de certa maneira mediar sua leitura e sua interpretação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Também, não ignoramos o fato de que estes manuais escolares são objetos construídos em meio a uma rede, ou seja, há um contexto, que envolve as políticas que os definem como é o caso das exigências do currículo e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); o mercado, e, portanto, as exigências das editoras; as necessidades dos professores que de certa forma acabam sendo os “mediadores culturais” no processo de ensino e aprendizagem, enfim tudo aquilo que os permeia.

No início da década de 1980 as propostas curriculares refletiam o contexto social e político que a sociedade brasileira passava. Com a redemocratização, o ensino de maneira geral passou por diversas modificações que buscavam atender ao novo cenário que se constituía naquele momento. De fato as relações que os cristãos-novos estabeleceram na sociedade que aqui se formava no período colonial, e as marcas profundas que nela deixaram, constituem uma rica experiência social, tanto de um lado, quanto de outro. Sua ampla atuação em nosso território em diferentes tempos e espaços nos fazem acreditar que o estudo destes agentes na América Portuguesa podem ser mais um elemento a ser pensado na constituição da sociedade que aqui se formou.

Dentre as possíveis discussões relativas à identidade dos cristãos-novos no conjunto das representações, destacamos como os autores dos livros didáticos que estávamos a analisar se referem ao cristão-novo; a compreensão sobre sua presença em nosso território, mais especificamente durante o período da colonização, observando os diferentes discursos e as possíveis interpretações; e, por último, a disposição das imagens trazidas nas obras, trazendo uma reflexão sobre a forma como as mesmas dialogam com os textos propostos nos mesmos.

Sobre a escolha dos manuais, o critério utilizado por nós se deu em torno da circulação e vendagem dos mesmos, bem como as avaliações do PNLD, dando destaque a uma das coleções inclusive que recebe o conceito ótimo do programa.

Uma análise de fontes: os cristãos-novos em cena

Ao contrário do que pode nos oferecer as diferentes pesquisas realizadas a respeito da história do cristão-novo no Brasil colonial, a escrita produzida nos livros didáticos acerca desses agentes limita e restringe consideravelmente a importância de sua atuação no território.

Acreditamos ser importante a construção de uma escrita da história que inclua muitas outras experiências e trajetórias políticas e culturais, como por exemplo, no caso dos cristãos-novos desempenhando diferentes papéis no que concerne ao período em que aqui estiveram, fossem como senhores de engenho, traficantes de escravos, ou, como profissionais liberais. São inúmeros os estudos que revelam as diversas contribuições deixadas por esse grupo na sociedade da qual fazemos parte hoje, mas que no período que corresponde à nossa colonização ficaram ocultas, gerando comportamentos e aspectos culturais, os quais vão além de apenas rituais ou superstições e, que passaram a fazer parte da cultura nacional como observou Jane B. de Glasman em seu estudo sobre a presença judaica na língua portuguesa de origem cristã-nova ou marrana:

Muitas palavras e expressões de origem hebraica foram incorporadas ao léxico da língua portuguesa mesmo antes de os portugueses chegarem ao Brasil. Elas encontram-se tão arraigadas em nosso idioma que muitas vezes têm sua origem confundida como sendo árabe ou grega. Exemplo: a “azeite”, comumente atribuída uma origem árabe por se assemelhar a um grande número de palavras começadas por “al-” (como alface, alfarrábio, etc.), identificadas como sendo de origem árabe por esta partícula corresponder ao artigo nesta língua. O artigo definido hebraico é a partícula “a-” e “azeite” significa, literalmente, em hebraico “a azeitona” (ha-zait) (GLASMAN, 2005, s/p).

A diversidade com a qual os cristãos-novos se inseriram no território brasileiro acaba sendo resumida, nas obras contemporâneas, a uma representação única, o que nos leva a questionar esse caminho inverso em relação ao conhecimento histórico produzido em torno desses sujeitos na década de 1980 e nos dias de hoje, afinal:

Mesmo diante das dificuldades presentes no delineamento teórico e metodológico de pesquisas sobre as representações e imaginários dos sujeitos sociais, o empreendimento de gerar fontes a esse respeito justifica-se, em grande parte, não só pela escassez de estudos a respeito do tema, mas sobretudo pela sua importância para o ensino da História (SIMAN, 2001, p. 152).

No entanto não é isso que ocorre. Como bem observado por Luís Fernando Cerri (2009, p. 137-138), o ensino de História do Brasil, pode ser caracterizado como um “reflexo” do ensino europeu, levando à uma série de “etnocídios”.

Sendo assim, propomos um repensar na produção didática que trata a História da formação do Brasil, levando-se em conta a ampla atuação dos cristãos-novos nos mais diversos setores da sociedade durante todo o período colonial.

Começamos então pela obra, pertencente à década de 1980, de Raymundo Campos, *História do Brasil*, observando o seguinte trecho:

As árvores de pau-brasil localizavam-se especialmente na costa do Nordeste e da Bahia. A exploração era monopólio da Coroa portuguesa, ou seja, tratava-se de produto estancado. O governo da metrópole realizou periódicos arrendamentos pelos quais empresários particulares podiam explorar o produto. O primeiro destes arrendamentos foi concedido a Fernão de Noronha e outros comerciantes cristãos novos de 1501 a 1504 (CAMPOS, 1983, p. 33).

Este parágrafo, por exemplo, nos permite a possibilidade de explorá-lo a partir da historiografia que se dedica ao estudo dos cristãos-novos no Brasil, apontando-os como aqueles que teriam tido um papel decisivo no povoamento e colonização de nosso território. Arnold Wiztnizer na década de 1960, em seu estudo sobre os judeus no Brasil, atentou para tal fato logo no início de sua obra ao afirmar ter sido a primeira concessão feita pelo rei D. Manuel, obtida pelos neocristãos, encabeçado por Fernão de Noronha (WIZTNIZER, 1966, p. 5). A mesma informação pode ser encontrada num dos recentes trabalhos publicados por Ronaldo Vainfas, juntamente com Ângelo Faria de Assis, ao se referirem ao papel desempenhado pelos cristãos-novos portugueses no povoamento e colonização do Brasil (VAINFAS; ASSIS, 2005, p. 45).

Wiztnizer enfatiza ainda que Noronha teria sido o primeiro donatário do Brasil, tendo a obrigação de colonizar, e em troca ficar com os lucros que por ventura obtivesse da exploração naquele território, além de jurisdição sobre ele (1996, p. 6-7).

Nesse sentido, ainda que haja controvérsia quanto ao fato de Fernando de Noronha ser ou não cristão-novo (VAINFAS; ASSIS, 2005, p. 45), a análise poderia incorporar de forma mais esclarecedora a inclusão dos neocristãos no projeto colonizador português, tendo em vista que foram os responsáveis pelo sucesso e pelo

lucro bastante significativo obtido pela Coroa em tal empreitada. Da mesma forma, as relações e os interesses que certamente passaram a existir naquele espaço, se melhor explorados poderiam trazer informações relevantes acerca da sociedade que ali se formava. Também, admitindo-se a presença significativa desses personagens em nosso território em termos quantitativos, a análise poderia ter suscitado possíveis razões que teriam motivado sua vinda e que levaram ao seu estabelecimento.

Observemos outra passagem do mesmo autor, comentando o interesse holandês por nossas terras no período açucareiro:

Os holandeses tinham certo conhecimento do terreno. Desembarcaram na praia do Pau Amarelo e avançaram para o Recife e Olinda, seus principais objetivos. Contavam com a ajuda de espiões, há algum tempo na terra, como o cristão – novo Antônio Dias, o “Papa Robalos” (CAMPOS, 1983, p. 46).

Aqui denota-se alguns fatores que se aproximam da produção historiográfica pelo menos nesse período, como por exemplo, a existência de uma relação entre os cristãos-novos e os holandeses; a participação dos cristãos-novos nos interesses que os holandeses demonstravam por nossa prática açucareira; e, por fim, a liberdade religiosa que parecia fazer parte do novo cenário ocupado e administrado pelos holandeses.

Percebam, por exemplo, como a presença neocristã é vista sobre outra perspectiva no livro *História do Brasil: Colônia, Império e República* dos autores Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo de Assis Bastos:

A extração do pau-brasil, cujo nome deriva de sua cor avermelhada, era monopólio (estanco) régio. O primeiro grupo econômico a explorá-lo foi o dos cristãos-novos (judeus convertidos), liderado por Fernando de Noronha, que arrendou o Brasil. A exploração era feita de forma predatória e, como não houve replantio da árvore, logo essa riqueza se esgotou (SILVA; BASTOS, 1983, p. 16).

Temos a condição neste momento de tecer algumas considerações, como a participação econômica direta dos cristãos-novos no projeto colonizador português, e sua importância nos lucros obtidos pela Coroa durante a exploração do pau-brasil; o fato de ser o primeiro grupo a fazer parte das intenções comerciais de Portugal em relação ao Brasil; e, uma preocupação em dar significado, ainda que de forma bastante simples ao termo cristão-novo.

Quanto à abordagem feita sobre estes agentes na Colônia, percebemos que ela se dá de uma forma mais restrita, no sentido de que tal personagem surge apenas no início do processo colonizador, dando a impressão de que seu interesse estava voltado exclusivamente para o aspecto econômico, e, também de que estiveram aqui somente neste período.

Levando-se em conta o fato de que desde a década de 1970 estudos já apontavam para importância de se estudar a vinda e a permanência desses agentes em nosso território, sabe-se que sua atuação foi muito mais complexa do que a apresentada pelos livros em questão.

Para que seja possível, discutir, relacionar e estabelecer alguns parâmetros entre as obras escolhidas para essa pesquisa, vamos agora observar e refletir sobre os manuais mais contemporâneos.

Primeiramente analisamos o livro didático voltado para o Ensino Médio do ano de 2007, *História: texto e contexto*, onde o autor trata da questão judaica no Brasil, focando única e exclusivamente ao período que corresponde à ocupação holandesa.

Figura 1. Sinagoga Kahal Zur Israel

Por sua vez, a Holanda, em guerra com a Inglaterra, não pôde investir recursos no Brasil. A Companhia das Índias Ocidentais, empresa que reunia capitais da burguesia holandesa e do Estado, tendo o monopólio dos negócios holandeses na América, entrou em crise, não atraindo novos investidores. Desde 1641 os holandeses haviam ocupado Luanda, em Angola. Lá embarcavam escravos que seriam vendidos em Pernambuco. No entanto, em 1648, ocorreu a expulsão dos holandeses de Angola, sendo retomado o controle do tráfico negreiro pelos lusitanos, o que contribuiu decisivamente para o enfraquecimento dos holandeses no Brasil. Em 1654, as tropas portuguesas conseguiram derrotar definitivamente os holandeses.



Sinagoga de Pernambuco fundada em 1636 e restaurada em 2001, localizada na atual Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus, no período de ocupação holandesa em Pernambuco. Foto de 2004.

Companhias de comércio

Em Portugal, desde o final do século XVI, grupos associados de comerciantes passaram a explorar com exclusividade as atividades comerciais de regiões coloniais sob regime de concessão da Coroa. Com isso, Portugal conseguia atrair investimentos para áreas não-ocupadas pela metrópole e promover a defesa de seus territórios. Em 1587 foi criada a Companhia Portuguesa das Índias Orientais, que tinha como finalidade proteger o comércio português com o Oriente. Em 1649 foi a vez da Companhia de Comércio do Estado do Brasil, cujo objetivo era gerir os negócios com a colônia. A companhia deveria ampliar a rentabilidade dos negócios com o Brasil, contribuir para a expulsão dos holandeses e proteger a navegação atlântica. Em 1682 foi fundada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que tinha o monopólio do tráfico negreiro na região do Maranhão e do Pará. Podia explorar também as chamadas *drogas do sertão*.

Após 1750, quando o marquês de Pombal procurou modernizar a administração portuguesa, várias outras companhias de comércio foram criadas com o intuito de ampliar, com a exploração colonial, as rendas da metrópole. As companhias de comércio que se originaram com base no modelo inglês e holandês de associações comerciais desse tipo deixaram de existir no Brasil em 1780, contudo suas atividades persistiram na África e nas Índias.

Durante a ocupação holandesa, muitos judeus vieram para Pernambuco atraídos pela tolerância religiosa definida por Maurício de Nassau. Grande parte destes eram judeus portugueses que haviam sido expulsos de Portugal pela Igreja Católica e que viviam nos Países Baixos. Fundaram, no Recife, a sinagoga

Tzur Israel (Rochedo de Israel) em 1636. No curso da administração de Nassau, acabaram por servir como mediadores entre o novo governo e os negociantes locais, pois dominavam o idioma e tinham uma relação de fidelidade com a Holanda. Com a expulsão dos holandeses, muitos judeus tiveram de deixar a região, indo se refugiar em Nova York, nos Estados Unidos. Na atualidade, essa sinagoga pode ser considerada parte do patrimônio histórico e da memória da presença judaica e da dominação holandesa em Pernambuco.

Quando Portugal retomou o território de Pernambuco dominado pelos holandeses, em 1654, os lusos já não estavam mais sob o domínio espanhol. Mas no que consistiu esse domínio? Portugal e Espanha estiveram sob o governo de um único monarca da dinastia dos Habsburgo, entre 1580 e 1640, período conhecido como o da União Ibérica.

Para entender a história dessa união é preciso compreender a história das famílias reais e dos casamentos na corte portuguesa. Em 1578, faleceu o rei D. Sebastião sem deixar herdeiros. Seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, ocupou o trono, mas também faleceu sem deixar herdeiros, encerrando dessa forma a dinastia de Avis, que havia subido ao poder ainda no século XIV. Vários nomes surgiram como candidatos a ocupar o trono, abrindo-se um processo de disputa

Fonte: CATELLI, 2007. p.165.

Importante frisar que mesmo antes da instalação da primeira sinagoga no Brasil, assim como em outras regiões, haviam as esnogas, lugares clandestinos onde os judeus se reuniam e promoviam seu culto, seus ritos. Nas denúncias ocorridas durante a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, é possível identificar várias delas onde o judaísmo era praticado.

Bruno Feitler (2005) também chama a atenção para esse fato, entendendo a existência destes locais, como um local de reunião de judeus e judaizantes, tendo um importante papel, segundo ele, no contato entre os judeus e os neocristãos.

De acordo com Assis, as sinagogas clandestinas cumpriam um papel fundamental de resistência à Igreja Católica e às suas imposições, auxiliando os cristãos-novos na integração na sociedade e a reencontrarem sua antiga fé (ASSIS, 2004, p. 74). Segundo o autor, era lá que:

A essência da fé proibida era mantida e ensinada às novas gerações, desempenhando papel fundamental de resistência à religião imposta, embora, seus ritos e crenças já tivessem perdido muito do significado original, ente outros motivos, pela crescente distância enfrentavam do período de livre divulgação do judaísmo (ASSIS, 2004, p. 66).

Como apontado anteriormente, ao fixarem-se no Brasil, os judeus traziam consigo tudo aquilo que os cristãos-novos na sua grande maioria haviam sido obrigados a esconder, levando muitos ao esquecimento da sua fé de origem, ao mesmo tempo em que reforçava o sentimento daqueles que ainda se viam ligados ao judaísmo, mas que o praticavam secretamente. Mesmo que muitos já tivessem se rendido à fé católica, ou que não tivessem optado por nenhuma delas, o fato é que por pouco mais de vinte anos os judeus – principalmente aqueles que vieram de Amsterdã – puderam praticar pelo menos no nordeste holandês, sua religião. Um ano mais tarde foi fundada a segunda sinagoga, Hahal Kadosh Maguén Abraham, que acabou se unindo a primeira servindo cerca de 600 judeus da região (LEVY, 2008, p. 46-47).

De qualquer modo, a construção da sinagoga mencionada pelo autor do livro didático em questão foi uma das formas de trazer à tona a fé judaica entre aqueles que a ela desejavam retornar. No entanto, o sentido dado por ele, não parece ir além da ideia de patrimônio e memória. O próprio Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco tem feito um significativo trabalho de pesquisa sobre a presença dos judeus no Nordeste brasileiro e a contribuição dos descendentes destes judeus para a formação sociocultural brasileira, conforme nos aponta Luiz Alberto Barbosa (2006, p. 85).

Reconhecemos o esforço de Catelli (2007), em referir-se à presença judaica no Brasil deste período, no entanto, gostaríamos de fazer apenas alguns apontamentos em relação à escrita realizada ali, onde percebemos alguns desencontros quanto à passagem

que remonta a chegada dos judeus de Amsterdã, o papel que os mesmos tiveram no processo de ocupação holandesa e a construção da sinagoga. Vejamos:

Durante a ocupação holandesa, muitos judeus vieram para Pernambuco atraídos pela tolerância religiosa definida por Maurício de Nassau. Grande parte destes eram judeus portugueses que haviam sido expulsos de Portugal pela Igreja Católica e que viviam nos Países Baixos. Fundaram, no Recife, a sinagoga Tzur Israel (Rochedo de Israel) em 1636. No curso da administração de Nassau, acabaram por servir como mediadores entre o novo governo e os comerciantes locais, pois dominavam o idioma e tinham uma relação de fidelidade com a Holanda (CATELLI, 2007, p. 165).

Nos chama a atenção, logo no início da narrativa quando o autor refere-se à política concedida por Nassau aos praticantes da fé judaica, como tolerante. Nas leituras realizadas para essa pesquisa, e que se referem ao período em questão, notamos um certo cuidado e até uma resistência em relação ao uso dos termos “tolerância” ou “liberdade” ao referirem-se à essa possível política de Nassau.

Isso se deve, pois, numa primeira observação a criação de um decreto que dava liberdade de culto para os judeus, não estava restrito somente a eles, mas sim aos demais habitantes da colônia daquele período.

Wiztnizer (1996, p.44) entendia que a política de tolerância estabelecida por Nassau estaria relacionada à fuga dos portugueses assim que os holandeses aportaram na Colônia. Segundo ele, ao saber dos fugitivos “os holandeses proclamaram imediatamente uma política de tolerância religiosa e ofereceram proteção aos residentes na cidade, visando com isso engodar os desertores para que voltassem”.

Num trabalho mais recente, João Henrique dos Santos (2004, p.22), ao contrário do que a escrita proposta pelo livro didático apresenta, nos leva a crer que o clima não era de tolerância, mas sim de intolerância religiosa por parte das autoridades holandesas, civis e eclesiásticas, não só em relação aos judeus, mas também aos católicos. Tal constatação contradiz até mesmo a intenção do decreto anteriormente citado. Segundo o autor, “a intolerância pode ser confirmada pelos gravames, editais e medidas restritivas e coercitivas, baixados e adotados por essas autoridades”.

Ainda que hajam controvérsias sobre o assunto, não ignoramos ter sido esse, o período da história de nossa colonização onde mais se viu talvez, a prática de outras religiões que não a católica. Nem tampouco que o ambiente em questão favoreceu a vida

dos judeus e seus descendentes, promovendo naquele espaço uma verdadeira “efervescência cultural”, marcada pela tradição democrática comum à esses agentes, como explica Levy (2008, p. 56-63).

A associação da construção da sinagoga a um ato de boa vontade por parte de Maurício de Nassau para com os judeus, como pudemos verificar na escrita apresentada por Catelli (2007, p. 164), incorre em uma realidade que diverge daquelas que ora apresentamos aqui, além de retirar a importância que o templo religioso representou na vida desses últimos.

Em relação ao papel desempenhado pelos judeus de Amsterdã na administração holandesa, esses não atuavam somente como mediadores. Logo que se estabeleceram desempenharam outros papéis, como de senhores de engenhos e traficantes de escravos comerciantes bem sucedidos. Sobre essa última, Feitler (2005, p. 73), afirma ter sido o comércio a principal delas, e o açúcar representava a parte mais importante.

Somando por volta de 1.450 judeus fixados no nordeste holandês (LEVY, 2008, p. 48), não há dúvida, portanto, da intensa participação por parte desses sujeitos na vida social, cultural, religiosa e política da região: “Em Pernambuco, os judeus criaram uma comunidade inspirada nos moldes judaicos de Amsterdã. Demonstraram ter uma enorme criatividade tanto no campo da medicina, como da literatura, lingüística, ciências, gramática, arquitetura, entre outros” (LEVY, 2008, p. 57).

Quando se refere ao fim da ocupação holandesa e a fuga dos judeus para Nova York, o autor nos passa a impressão de que os judeus portugueses que aqui estiveram durante a administração Nassoviana, não estabeleceram laços ou deixaram qualquer legado.

Embora existam algumas controvérsias, lendas e mitos que caracterizam o período em que se deu a saída ou a expulsão dos judeus do Recife holandês após a Guerra da Reconquista, o fato é que presentes tanto no meio urbano quanto rural, os judeus se envolveram em diversas atividades, principalmente as de cunho comercial, “desempenhando um papel primordial no nordeste brasileiro, introduzindo artigos de luxo até então desconhecidos pela população local” (LEVY, 2008, p. 177).

Concluimos nesta análise que as experiências compartilhadas e vivenciadas por esses agentes foram de certa forma desconsideradas, assim como, a rede de relações que estabeleceram com os demais habitantes, estando entre eles os cristãos-novos inseridos ali naquele contexto ora atuando ao lado dos judeus, ora retornando à sua antiga fé.

Referente ao mesmo ano de publicação, porém, voltada para o Ensino Fundamental, mais especificamente, o manual da 6ª série que corresponde hoje ao 7º ano, analisamos a coleção *História em projetos* intitulado *Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII*:

Figura 02. O Recife Holandês

Doc. 15 |
A sobriedade do soldado da terra, inclusive a alimentar, era partilhada, aliás, pela população de origem portuguesa [...] Moreau observou dos luso-brasileiros de Pernambuco serem bastante sóbrios à mesa, sem abrir exceção para os ricos. [...] outro motivo de surpresa dos neerlandeses era principal ou exclusivamente água da fonte, o que parecia incompreensível a europeus, reputados na própria Europa pela forte inclinação à dipsomania [...] por sua vez, aos luso-brasileiros, impressionava fortemente a tendência neerlandesa ao alcoolismo, sobretudo a das mulheres [...] Uma das fontes (holandesas) observava que os luso-brasileiros eram, “sem distinção de pessoas, tampouco curiosos com relação às casas e economia doméstica, contentando-se com uma casa de barro, contanto que vá bem o seu engenho ou a sua cultura”. Móveis possuíam o indispensável.
Mello, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 263-5.

a) Com base nos documentos, comente a visão que os holandeses e os franceses tinham dos habitantes das terras americanas e a que estes tinham dos primeiros.
b) Compare as descrições do cotidiano na França Antártica com a descrição do cotidiano no Brasil-holandês. Há diferenças entre eles? Por quê?

11 Examine os documentos a seguir e responda no caderno às questões propostas.

Doc. 16 | Obra intitulada *O mercado de escravos na rua dos Judeus*, de Zacharias Wagener (1614-1668), que veio para a América com a comitiva de Nassau. Ela mostra o cotidiano da chamada rua dos Judeus, na cidade do Recife. Entre 1630 e 1654, os judeus se estabeleceram na colônia holandesa nos ramos do comércio de tabaco e de produtos feitos com açúcar e do empréstimo de dinheiro. Alguns deles dedicaram-se também ao comércio de escravos.



Doc. 17 | A sinagoga Kahal Zur Israel, nome que significa “Comunidade Rochedo de Israel”, foi construída em 1636, na antiga rua dos Judeus, em Recife. Foi a primeira sinagoga construída em toda a América, o que assinala a prática da tolerância religiosa no governo de Nassau. A sinagoga foi totalmente restaurada em 2001, tornando-se um ponto de referência para os judeus recifenses e para os visitantes da cidade.



Doc. 18 |
[Maurício de Nassau], que era calvinista, foi tolerante com os católicos e [...] com os israelitas. Os cristãos-novos, que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram no Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda.
Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 86.

a) De acordo com as fontes apresentadas, explique a presença de muitos judeus no território governado por Nassau no século XVII.
b) Com base nos documentos 16 e 17, o que pode ser depreendido da vida cotidiana dos judeus na América Portuguesa sob domínio holandês?

Capítulo 16 213

Fonte: OLIVEIRA; MIUCCI; SANTOS, 2007, p. 213.

No intuito de melhor podermos analisar o momento em que os israelitas aparecem na escrita elaborada pelos autores, optamos por analisar as imagens e os documentos referentes à atividade proposta pelos mesmos, de forma separada, um a um, como se segue abaixo:

Figura 03. Descrição de obra

Doc. 16 | Obra intitulada *O mercado de escravos na rua dos Judeus*, de Zacharias Wagener (1614-1668), que veio para a América com a comitiva de Nassau. Ela mostra o cotidiano da chamada rua dos Judeus, na cidade do Recife. Entre 1630 e 1654, os judeus se estabeleceram na colônia holandesa nos ramos do comércio de tabaco e de produtos feitos com açúcar e do empréstimo de dinheiro. Alguns deles dedicaram-se também ao comércio de escravos.

Fonte: OLIVEIRA; MIUCCI; SANTOS, 2007, p. 213.

O texto que se encontra à esquerda da imagem proposta pelos autores indica a obra, o autor, o ano, parecendo estar dialogando com a imagem que logo se segue:

Figura 04. O mercado de escravos na rua dos judeus (Zacharias Wagener, 1614-1668)



Fonte: OLIVEIRA; MIUCCI; SANTOS, 2007, p. 213.

É visível, portanto, que há uma conexão entre imagem/texto, no entanto, alguns elementos fundamentais que poderiam contribuir para a capacidade interpretativa do leitor e ampliar seu conhecimento sobre o período, não são abordados.

Uma vez que o capítulo, não traz em sua narrativa qualquer menção à presença judaica em nosso território durante o domínio holandês, consideramos necessário uma abordagem que possa elucidar o aluno sobre tal presença na colônia, e não o contrário.

Informar sobre algumas das atividades exercidas pelos judeus quando aqui se estabeleceram, não parece suficiente. É preciso que se descreva também as razões que os trouxeram para cá, bem como a atuação dos mesmos, de forma a levantar outros aspectos que acreditamos não estarem dissociados daquele que mais aparece óbvio, o econômico, mas, que parecem terem sido completamente ignorados, revelando, portanto, uma escrita, reducionista acerca da chegada desse grupo na colônia e das relações que ali se constituíram.

No documento seguinte, os autores trazem a imagem da primeira sinagoga construída pelos judeus no Brasil holandês:

Figura 05. Comunidade Rochedo de Israel

Doc. 17 | A sinagoga Kahal Zur Israel, nome que significa “Comunidade Rochedo de Israel”, foi construída em 1636, na antiga rua dos Judeus, em Recife. Foi a primeira sinagoga construída em toda a América, o que assinala a prática da tolerância religiosa no governo de Nassau. A sinagoga foi totalmente restaurada em 2001, tornando-se um ponto de referência para os judeus recifenses e para os visitantes da cidade.

RENATA MELLOLHAR IMAGEM



Fonte: OLIVEIRA; MIUCCI; SANTOS, 2007, p. 213.

Assim como no documento anterior, o texto acima parece dialogar com a imagem que traz a primeira sinagoga construída pelos judeus no Brasil, na cidade de Recife. Embora os autores tenham tido a preocupação em significar o nome dado a ela, e informar ao leitor sua importância, ou seja, o fato de ter sido a primeira sinagoga

construída na América, os fatores que explicam tal feito parecem estar associados a um único motivo, ou seja, à “tolerância religiosa” que ora aqui já discutimos.

A sinagoga era uma espécie de “centro catalisador da vida comunal”, podendo ser “foro de expressão para todo tipo de manifestação social da minoria judaica” expressando seus “anseios religiosos” (FALBEL 2008, p. 284 - 287). Sua construção simbolizava de uma maneira ou de outra, um reencontro com o judaísmo, uma das claras intenções que levou os judeus de Amsterdã a erguerem o templo.

O que nos parece é que a construção da sinagoga apresentada pelos autores está vinculada a um feito que teria ocorrido graças ao governo de Nassau, negligenciando o papel importante que os judeus tiveram sobre a mesma.

Além do que, coloca a comunidade judaica e seus descendentes numa posição vitimizada, estereotipada.

Também, mesmo após a expulsão dos holandeses e conseqüentemente a saída dos judeus que viviam sob seu domínio, a prática do judaísmo continuou, ainda que clandestinamente (FALBEL 2008, p. 284 - 287).

Fig. 06. Exerto de Maurício de Nassau por Boris Fausto.

Doc. 18 |

[*Maurício de Nassau*], que era calvinista, foi tolerante com os católicos e [...] com os israelitas. Os cristãos-novos, que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram no Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 86.

Fonte: OLIVEIRA; MIUCCI; SANTOS, 2007, p. 213.

Como podemos perceber a presença dos cristãos-novos na escrita de Fausto parece ter passado despercebidamente pelos autores, que se propuseram a utilizá-la. Isto pode ser percebido nas atividades propostas que se seguem aos documentos, que não fazem qualquer menção aos neocristãos, como se ali, naquele espaço não tivessem existido, sendo desconsiderado a partir de sua cultura e de seus encontros ou desencontros com aqueles que aportavam na colônia brasileira, como de fato ocorria. As atividades são as seguintes:

- a) De acordo com as fontes apresentadas, explique a presença de muitos judeus no território governado por Nassau no século XVII.
- b) Com base nos documentos 16 e 17, o que pode ser depreendido da vida cotidiana dos judeus na América Portuguesa sob o domínio holandês?

Como apontamos, em ambas as atividades, a presença do cristão-novo foi completamente ignorada. No que diz respeito à forma como estão colocadas as questões realizadas pelos autores a partir dos documentos propostos, entendemos que o aluno pode ser levado a compreender a presença judaica no Nordeste holandês como algo que ocorreu devido a uma política de tolerância, além de associar o personagem Maurício de Nassau à figura de um herói. As discussões que aqui realizamos, mostram diferentes versões acerca da presença israelita naquele espaço de tempo, porém, nenhuma delas trabalha com essa perspectiva da tolerância. Os estudos mais recentes afirmam até, como vimos anteriormente, tratar-se do contrário, isto é, o que existia era um clima de intolerância.

Também, encontramos dificuldade em responder à segunda atividade, na medida em que a mesma não nos oferece ferramentas suficientes que nos ajude a compreender como era o dia a dia do judeu durante o governo de Nassau. A não ser pela imagem que traz o judeu como um mercador ou aquela que retrata a sinagoga, a ação desses sujeitos ficou bastante restrita e limitada, num contexto que como vimos, foi ampla e diversa.

Além disso, a sinagoga, assim como o cemitério, “tornaram a judeidade mais significativa para a construção do seu segundo lugar e a concretização do seu espaço, já que a cidade adquiria uma importância econômica” (PÓVOA, 2007, p. 90).

É importante atentar para o fato de que os cristãos-novos participaram e auxiliaram no processo da ocupação holandesa por mais de uma razão e por outros motivos que não necessariamente estavam ligados à tolerância de Nassau, afinal como já dito, muitos retornaram ao judaísmo, porém também haviam muitos que tendo esquecido bastante de suas práticas, já estavam distantes, catolizados, efeitos do processo de hibridização, que funde estruturas ou práticas sociais discretas, gerando novas estruturas e novas práticas (CANCLINI, 2006, p.22).

Notamos também que apesar de se fazerem presentes na escrita proposta pelos autores, não houve uma preocupação em esclarecer quem são os cristãos-novos ou a que

contexto pertenciam, ou ainda, que possa informar sobre a relação existente entre imagem/texto, dificultando, portanto, a capacidade de interpretação do leitor.

Pierre Sorlin em *“Indispensáveis e enganosas, as imagens testemunhas da história”*, afirma que “a imagem precedeu a escrita”, porém ela não fala por si, e, portanto, há que ser comentada, afinal “o que informa é a palavra” (SORLIN, 1994). Sabe-se das diferentes interpretações e representações que cercam o estudo da imagem e da importância que possuem na construção do imaginário dos estudantes. Um imaginário que, como todo aquele construído socialmente, necessita ser compreendido como uma das forças que regulam a vida coletiva, e, por essa mesma razão não se pode ignorá-las ou tratá-las como meras ilustrações:

Através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do chefe, o bom súdito, o guerreiro corajoso, etc (BAZCO, 1985, p. 298;332).

Uma das preocupações em relação a como os estudantes interpretam a ação dos cristãos-novos no Brasil, é, por exemplo, entender que o processo de conversão pelo qual passaram no final do século XV não foi um ato de submissão, mas de sobrevivência. Ou ainda que o fato de poderem praticar sua fé na região norte da colônia se deve graças a tolerância religiosa exercida por Nassau.

Seguindo esta mesma linha de reflexão, Bittencourt, em seu estudo sobre o saber histórico escolar, afirma a importância das imagens, fortemente presentes nos livros didáticos, tanto as que abarcam a História Geral quanto a História do Brasil, razão pela qual não se pode ignorá-las. Como exemplo, a autora no caso de uma análise das populações e culturas indígenas, conclui que:

Um estudo das ilustrações das diferentes épocas proporcionadas por livros didáticos produzidos em diferentes períodos pode se constituir em rico material didático de apoio, transformando o livro em documento de época e possibilitando, por intermédio do método do historiador, uma leitura crítica de imagens (BITTENCOURT, 1997, p. 86).

No entanto, nos parece que o caráter pedagógico, epistemológico e político que o trabalho com documento deveria apresentar, seja esse em forma de texto ou como

exercícios propostos, não é devidamente valorizado, o que acaba impossibilitando a interpretação. Refletindo acerca do uso de documentos históricos enquanto forma de exercício nos livros didáticos entendemos que:

A introdução dos exercícios com documentos históricos pode permitir uma melhor compreensão da disputa pelo controle social do sentido da história ensinada que fazem, por meio de negociações de sentidos de diferentes significantes, como a própria noção de documento histórico, os que expressam a relação temporal estabelecida com o passado e/ou o equacionamento dado à tensão entre dever de memória e desenvolvimento da capacidade crítica no ensino dessa disciplina (GABRIEL: 2009, p. 256).

As questões que levantamos referem-se a: o contexto em que a imagens apresentadas foram inseridas; se elas condizem com a narrativa proposta pelos autores e quais as ferramentas que os livros didáticos citados anteriormente, oferecem ao professor que irá deparar-se com tal realidade ou ainda, quais os elementos fornecidos aos alunos para que os mesmos consigam compreender a imagem além do seu conteúdo explícito?

Ainda que este trabalho consista em analisar os discursos promovidos pela escrita produzida nos livros didáticos, tais questionamentos são inevitáveis quando pensamos nos usos que desses materiais são feitos, no contexto em que ele se situa, como um dos mediadores no processo de ensino e aprendizagem e que por sua vez, será apropriado tanto por professores, quanto pelos alunos.

Assumindo o próprio livro didático enquanto documento, ao realizar uma leitura crítica, seria interessante também, que o historiador inquirese aquilo que os textos revelam sobre o fato a ser estudado ou investigado, lembrando que:

Restabelecer as tênues vozes de indivíduos perdidos entre fragmentos de documentação permite reconhecer a diversidade humana dentro da História; conferir dignidade ao relato miúdo, e até ouvir de outra forma vozes consagradas de grandes personagens (BELLOTTI, 2005, p. 15).

Apesar da existência de uma bibliografia bastante significativa acerca dos cristãos-novos em nosso território e o papel desempenhado por eles, verificou-se que os manuais analisados não apresentam uma abordagem problematizada em torno da questão e que até o período holandês, o cristão-novo não aparece na escrita produzida pelos autores, tornando sua presença restrita a um único espaço e tempo.

Não há uma descrição ou análise que esclareça ao leitor sobre quem é o cristão-novo, e ao se utilizarem desse termo no mesmo espaço em que estão sendo tratados os judeus, ou israelitas, dão a impressão de se tratar de sinônimos, gerando possíveis distorções, confusões e equívocos dificultando desse modo, a compreensão sobre o mesmo.

Considerando a forte presença desses personagens na região nordeste da colônia e a atuação que tiveram nos mais diversos setores daquela sociedade, o estudo em torno do cristão-novo de forma mais apropriada proporcionaria uma melhor compreensão tanto do período, quanto das transformações ocorridas por conta da nova administração que ali havia se instaurado.

Vejamos agora o livro *História da civilização ocidental* e como e em que cenário o cristão-novo está ali sendo incorporado:

A resistência organizada pelo governador de Pernambuco não conseguiu deter o avanço dos holandeses. Estes foram ajudados por cristãos-novos (judeus convertidos) e por alguns índios e mestiços cansados da exploração portuguesa (PEDRO; LIMA; 2005, p. 204).

Ao discutirem, no capítulo 15, *Política européia e administração do Brasil*, mais especificamente quando abordam o *Brasil holandês*, os autores trazem o cristão-novo sobre uma perspectiva que muito nos intriga e nos faz suscitar uma série de questões a respeito, como por exemplo, qual a relação existente entre os cristãos-novos e os índios e mestiços que aparecem no texto proposto? Compartilhavam dos mesmos interesses? Agiam dentro do mesmo espaço e, com qual objetivo? Quem eram esses cristãos-novos que atuavam a favor dos holandeses e contra os portugueses e por quê?

Importante observar que assim como no livro pertencente à coleção *História em projetos* intitulado *Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII*, a presença do mesmo se dá de maneira “esvaziada”, ou seja, não há qualquer indício que aponte para uma escrita que possibilite ao leitor, responder a essas e outras eventuais questões possam surgir. Da mesma forma, a escrita parece restringir o papel que tal indivíduo teve em nossa sociedade, ocultando a amplitude com a qual estes indivíduos atuaram enquanto sujeitos históricos sociais.

A diferença se encontra na abordagem que é feita em torno do cristão-novo em ambas as escritas apresentadas pelos livros analisados. Na coleção *História da civilização*

ocidental, o personagem surge em meio a um contexto que, como já discutido, embora de forma problemática – por não ter sido discutido – a ideia de que estavam em meio a uma luta, retira dos mesmos qualquer impressão de que ali, se tratavam de indivíduos vitimizados ou submissos a uma suposta liberdade de culto, como aparecem na coleção *História em projetos* intitulado *Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII*.

Comparando à escrita produzida na década de 1980, mais especificamente à obra de Raymundo Campos em *História do Brasil*, no capítulo que remonta o período açucareiro, notamos que o autor traz o cristão-novo na figura de um único personagem, o qual seria Antônio Dias, o *Papa Robalos*. Já na coleção *História da civilização ocidental*, os autores trabalham com os cristãos-novos numa perspectiva de que havia mais de um, podendo ser um grupo ou até mesmo uma comunidade que aqui já se encontrava, antes mesmo da chegada dos holandeses.

Numa última observação, ao compararmos as escritas produzidas em torno dos cristãos-novos na Colônia, é que somente nas coleções *História da civilização ocidental* e *História do Brasil: Colônia, Império e República* houve uma preocupação em significar o termo “cristão-novo”, explicando – ainda que superficialmente – de quem se tratava, o judeu convertido.

Considerações finais

Considerando a forte presença desses personagens na região nordeste da colônia e a atuação que tiveram nos mais diversos setores daquela sociedade, o estudo em torno do cristão-novo de forma mais apropriada proporcionaria uma melhor compreensão tanto do período, quanto das transformações ocorridas por conta da nova administração que ali havia se instaurado. “A presença dos israelitas no Brasil se faz sentir desde o início da descoberta portuguesa”. Essa foi uma das constatações descrita por Falbel (2008, p. 441), em seu estudo acerca dos judeus no Brasil.

Para Certeau, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, e a historiografia não descreve as práticas silenciosas que as constroem, mas efetua uma nova distribuição de práticas já estabelecidas. No entanto, ao se comparar o modo como os livros didáticos tratam a questão do cristão-

novo com as interpretações dadas pela historiografia, é possível notar uma distância que persiste em silenciar sua atuação no Brasil naquele período:

[...] a escrita [...] tem uma função simbolizadora; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente [...]. A arrumação dos ausentes é o inverso de uma normatividade que visa o leitor vivo, e que instaura uma relação didática entre o remetente e o destinatário. Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escrituraria é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa (CERTEAU, 2002, p. 107-108).

Se a escrita da história é capaz de trazer os sujeitos ausentes, ou, reinscrever a história dos “mortos”, então qual seria a relação existente entre a omissão da história dos cristãos-novos no Brasil nos livros didáticos e o exercício do poder? Aquilo que é omitido, não é para ser dito.

Ao final de nossas análises, constatamos que a presença do cristão-novo se dá de maneira “esvaziada”, o que fortalece ainda mais a versão única ainda tão presente acerca de nossa formação, pautada no velho conhecido tripé do índio, do branco e do negro.

Como iniciamos nossa discussão, são várias as funções que o livro didático assume no processo escolar e no que toca aqueles voltados para o ensino de História, acreditamos ser o desafio ainda maior.

Não há dúvida de que, no cenário atual, cercado de recursos tecnológicos, o livro didático, ao contrário do que ocorria na década de 1980, não mais se constitui como fonte exclusiva de pesquisa ou informação. Contudo, estudos demonstram que o uso desse material, seja na rede privada ou pública, ainda é soberano no cotidiano da sala de aula e, por isso, as discussões sobre ele parecem estar longe de serem superadas.

Se o livro didático é, indiscutivelmente, uma ferramenta bastante utilizada no processo de ensino e aprendizagem, então depreende-se que as pesquisas e os debates em torno desse material e os usos que dele podem ser feitos são fundamentais na medida em que podem vir a contribuir para uma aprendizagem mais significativa.

Nossas investigações nos levam a crer que a razão pela qual os manuais didáticos da década de 1980 trazerem os cristãos-novos logo no início da colonização, ao contrário do que ocorre com a produção mais recente, esteja relacionado às mudanças ocorridas

naquele período, o da redemocratização, atingindo principalmente o ensino de História, e, por conseguinte o livro didático que irá incorporar as novas tendências.

Certamente que quando refletimos acerca do ensino de História, levamos em conta o funcionamento da escola, as relações que nela se estabelecem no dia a dia, as práticas que nela se operam, enfim o rico universo que permeia esse espaço. Porém, não devemos nos ater somente ao papel desempenhado pelo professor, mas também aos conteúdos ensinados, presentes nos vários dispositivos, como, por exemplo, nos livros didáticos, enquanto parte do *corpus* que constituem a educação escolar.

Nosso interesse sobre a escrita que vem sendo produzida nos livros didáticos e a que se produz sobre um determinado grupo nos provoca certa inquietação na medida em que se trata de material que pouco parece ser confrontando, discutido, ou repensado por aqueles que dele fazem uso dando a impressão de tratar-se de “um conhecimento já organizado, fechado” (ZAMBONI, 1999, p. 89-102).

A permanência de uma visão homogeneizadora voltada para uma história única – tendência idealizada pelos defensores da sociedade globalizada, de acordo com Circe Bittencourt (2008) – o não questionamento ou a não problematização dos processos históricos tratados nos livros didáticos pode ser identificado na escrita produzida em torno dos cristãos-novos e de sua presença em nosso território enquanto colônia ao menos no material que nos propusemos analisar.

Referências

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Casas dissimuladas de Israel nos trópicos: sinagogas clandestinas no Brasil Colonial vistas a partir da documentação do Santo Ofício da Inquisição. **Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade**. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 2004. p. 63-76.

BAZCO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 5, 1985. p. 298-332.

BARBOSA, Luiz Alberto. **Resistência cultural dos judeus no Brasil**. Dissertação de mestrado. Goiânia: 2006.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Identidade, alteridade e religião na historiografia colonial. **Revista de História e Estudos Culturais**. Campinas: UNICAMP, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico em sala de aula**. SP: Contexto, 1997.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CERRI, Luís Fernando; FERREIRA, Ângela Ribeiro. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Led. Natal: EDUFRN, 2007, p. 75-85.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2002.

FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo. Humanitas: USP, 2008.

FEITLER, Bruno. “Gentes” de Nação: judeus e cristãos-novos no Brasil holandês. In: GRINBERG, Keila (org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 65 – 85.

GABRIEL, Carmen Teresa. “Exercícios com documentos” nos livros didáticos de história: negociando sentidos da história ensinada na educação básica. In: ROCHA, Helenice e outros (orgs.). **A história na escola**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

GLASMAN, Jane Bichmacher. Presença judaica na língua portuguesa: expressões e dizeres populares em português de origem cristã-nova ou marrana. **VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia - Língua Portuguesa e Identidade: Marcas Culturais**. Rio de Janeiro: 2005.

LEVY, Daniela Toledo. **Judeus e marranos no Brasil holandês: pioneiros na colonização de Nova York (século XVII)**. Dissertação de Mestrado em História: USP, 2008.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Cristãos-novos na Bahia: a inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PÓVOA, Carlos Alberto. **A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo: a migração do Bom Retiro ao Morumbi**. Tese de doutorado em Geografia Humana. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo: 2007.

SANTOS, João Henrique dos. A inquisição calvinista: o Sínodo do Brasil e os judeus no Brasil holandês. **Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade**. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 2004, p. 21-36.

SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-novos**. Lisboa: Editorial Estampa 1994

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. (org.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. 01 ed. Natal: EDUFRN, 2007, vol. 01, p.75 – 86.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Pintando o descobrimento: o ensino de História e o imaginário de adolescentes. In: SIMAN, Lana M.C. e FONSECA, Thaís Nívea de L. e (orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação**. Discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p.81-95.

VAINFAS, Ronaldo; ASSIS, Angelo Adriano Faria. A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudáismo no Brasil quinhentista. In: **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. GRINBERG, Keila (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 43– 63.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil Colonial**. São Paulo, Pioneira: 1966.

ZAMBONI, E. Projeto pedagógico dos Parâmetros Curriculares Nacionais: identidade nacional e consciência histórica. **Cad. Cedes. Centro de Estudos Educação e Sociedades**. Campinas, v. 23, n. 61, p. 367-377, dez. 2003.

Fontes

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1983.

CATELLI, Junior Roberto. **História**. Texto e Contexto. São Paulo: Scipione, 2007.

OLIVEIRA, Maria da Conceição C.; MIUCCI, Carla; SANTOS, Andrea Paula. **História em projetos. Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII**. São Paulo: Ática, 2007.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias Souza de; CARVALHO, Yone. **História da Civilização Ocidental**. Integrada. Geral e do Brasil. São Paulo: FTD, 2005.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império e República**. São Paulo: Moderna, 1983.

Recebido em: 24 de outubro de 2017.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2017.